

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DR. SC
Al FGC

Distribuição gratuita

SC perto de ganhar mais dois municípios

Páginas 4 e 5

Deputados inspecionam Presídio Regional de Rio do Sul

Página 6

Audiência para terras indígenas

Páginas 4 e 5

Salário mínimo regional mobiliza sociedade

Empresários e trabalhadores debatem proposta do Executivo na Comissão de Economia

Eduardo Guedes de Oliveira



Páginas 4 e 5

Praça de pedágio de Palhoça deve ser transferida para km 246

Página 6



Solon Soares

Julio Garcia é novo conselheiro do TCE

Carlos Kilian



Parlamentar está no quinto mandato na Assembleia Legislativa

Página 7

Parlamento presta homenagem aos 50 anos de Pomerode

Página 3



Eduardo Guedes de Oliveira

Deputado licenciado, secretário Gilmar Knaesel na solenidade

Parlamentares repudiam corte em verbas federais para Santa Catarina

Páginas 4 e 5

Leis existem para serem cumpridas

A Assembleia Legislativa é o local onde são discutidos temas importantes de Santa Catarina. A partir dos debates, nós deputados, representantes dos cidadãos catarinenses, construímos, aperfeiçoamos e aprovamos leis que visam à melhoria da qualidade da vida de todos. É claro que na teoria tudo funciona, mas, na prática, a legislação criada e aprovada pelo parlamento estadual nem sempre é aplicada em sua totalidade.

O Brasil é um país de muitas leis, mas grande parte delas acaba tornando-se inócua. Em nosso Estado não é diferente. Muitas vezes o trabalho da Assembleia Legislativa parece inútil. E posso dar aqui dois exemplos de leis estaduais que não estão sendo cumpridas.

Mesmo após ampla discussão, e ter passado ileso por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Lei nº 253, de 17 de novembro de 2003 - que fixa limites de recursos de subvenção

social destinada às corporações de bombeiros voluntários e comunitários, de acordo com a população dos municípios onde estiverem instaladas - não é cumprida e, desta forma, não permite a distribuição justa de recursos entre as instituições que deveriam ser beneficiadas.

Em outro exemplo, a Assembleia Legislativa debateu em 2007 a distribuição dos valores recebidos pelo Estado a título de compensação financeira decorrente da atividade de exploração de recursos hídricos, os chamados royalties que são pagos pelas usinas hidrelétricas. Ao final de cada mês, 6% do lucro obtido pelas unidades geradoras são distribuídos, e deste montante 45% cabem aos municípios atingidos pelas barragens, 45% aos estados e 10% à União. A partir daí, foi aprovada a lei estadual 13.994/2007, estabelecendo que do percentual de royalties recolhido pelo Estado, 70% deveria ser destinado aos municípios

que tiveram áreas atingidas por barragens, recursos que seriam repassados em forma de convênios ou obras para recuperação ambiental e redução dos problemas sociais.

No ano passado, as sete hidrelétricas catarinenses repassaram ao Estado R\$ 20 milhões em royalties pela exploração de recursos hídricos, e os municípios atingidos pelos lagos das usinas deveriam receber R\$ 14 milhões, a serem distribuídos de acordo com as áreas inundadas. No entanto, até agora, os municípios não puderam contabilizar nenhuma obra resultante desta lei.

Tais exemplos mostram como há casos em que o trabalho do Legislativo não é respeitado, e em consequência, muitas vezes novas leis são criadas na tentativa de resolver problemas antigos.

Deputado Romildo Titon (PMDB)

Pela unificação do calendário eleitoral

No decorrer desta semana encaminhamos uma moção à Câmara dos Deputados - com cópias ao Fórum Parlamentar Catarinense e às demais assembleias legislativas do País - propondo que seja adotado um calendário eleitoral único, de forma que as eleições, em todos os níveis (federal, estadual e municipal) sejam realizadas ao mesmo tempo, a cada cinco ou seis anos. Não se trata de uma proposta infundada: basta constatar que a não coincidência do calendário eleitoral, reunindo os três níveis, além de causar gastos públicos elevados - e desnecessários - revela-se improdutiva e prejudicial à sociedade brasileira e ao tão almejado fortalecimen-

to da democracia.

Quero destacar que a falta do calendário eleitoral unificado, além de consumir tempo, despende grande quantidade de dinheiro, tanto público quanto privado, e praticamente paralisa o País, uma vez que cria certa estagnação das políticas públicas, já que não se permite, por uma questão legal, a transferência de recursos para estados ou municípios, bem como, estaciona as agências de trabalhos das casas legislativas.

Acrescento que a não coincidência do calendário eleitoral dá margem e até estimula o chamado "troca-troca" de partidos, uma vez que os políticos teriam tempo suficiente para mudar de

sigla. Vale lembrar que o chamado troca-troca causa confusão na população e descrédito no conjunto da classe política, embasados na falta de fidelidade partidária. Um calendário eleitoral unificado, dessa forma, enfraquece o sistema político-eleitoral e, por consequência, a própria democracia. Também é de se ressaltar que, infelizmente, não existe ainda em nosso País uma legislação eleitoral avançada que reflita os anseios da sociedade moderna, conforme se pressupõe nos enunciados da reforma política, para nosso pesar, ainda tão distante.

Deputado Silvio Dreveck (PP)

Deputados devem divulgar as regras para a eleição do Parlamento do Mercosul

A participação dos deputados estaduais na elaboração das regras e critérios para a eleição dos representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul, prevista para 2010, esteve em discussão nos últimos dias 17 e 18 de agosto em Montevidéu, Uruguai.

Na oportunidade ficou acertado que os deputados estaduais, por intermédio de suas entidades representativas, não apenas participarão do processo, como terão a responsabilidade de divulgar as normas e regras da eleição nos parlamentos. Também terão a missão de esclarecer a população que, praticamente, desconhece que em 3 de outubro de 2010, além de eleger o presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, também vai escolher os representantes do Brasil junto ao Parlamento do Mercosul. Com estes objetivos, o secretário da atual representação brasileira, Antonio Ferreira Costa Filho, e o coordenador do Bloco Brasileiro da UPM, Flávio Monteiro, vão organizar um calendário de eventos e reuniões nas Assembleias Legislativas.

Nos próximos dias, o presidente do Bloco Brasileiro da UPM, deputado estadual Edson Andrino,

de Santa Catarina, vai a Brasília liderando comitiva de deputados estaduais para reunião com o deputado federal José Paulo Tóffano, presidente da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, e demais membros. No encontro serão definidas as próximas ações.

Participações

Da reunião em Montevidéu participaram os deputados federais Tóffano e Germano Bonow, vice-presidente da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, e os deputados estaduais Alexandre Postal (RS), vice-presidente da UPM pelo Brasil; Artagão de Mattos Leão Júnior (PR), presidente do conselho consultivo do Bloco; Paulo Azeredo, presidente da Comissão do Mercosul da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e, Clovis Ferraz, presidente da Unale, além do ex-deputado catarinense Celestino Secco, que é do conselho consultivo da UPM. Fabiano Geremia, assessor da Unale, e Flávio Monteiro, coordenador do Bloco Brasileiro e diretor de articulação política da UPM, também estiveram presentes.

Miriam Zomer



Edison Andrino é o atual presidente do Bloco Brasileiro da UPM

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 10 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Pomerode comemora 50 anos de emancipação política

Sessão solene marca lançamento de livro resgatando história do município do Vale do Itajaí

Graziela May Pereira

A sessão solene comemorativa aos 50 anos de emancipação política e o lançamento do livro "De Rio do Testo a Pomerode - O Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade - 1898/2007" lotaram, dia 20, as dependências do Teatro Municipal de Pomerode, recém inaugurado.

Com quase 600 pessoas presentes, a cerimônia requeria pelo deputado licenciado Gilmar Knaesel (PSDB), secretário de Turismo, Cultura e Esporte, e aprovada pela Mesa, foi comemorado pelo prefeito Paulo Maurício Pizzolatti (PP). "Preservar a história deve ser considerada uma prioridade e Pomerode vem cumprindo seu papel. A cidade está muito grata por ser escolhida para essa homenagem," disse.

O livro, oferecido a 50 personalidades e entidades municipais, foi organizado pelo Centro de Memória e articulado pela Coordenadoria de Documentação. Pomerode foi o quinto município a receber a homenagem da Casa. Feito com papel reciclado, a obra reúne fac símiles de originais que tramitaram na Assembleia Provincial até os dias atuais, permitindo a reconstituição dos acontecimentos.

De acordo com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), a finalidade do livro é resgatar a história dos municípios. "Isso demonstra que estamos cuidan-

do do que é nosso. Porque um povo sem memória é apenas um amontoado de pessoas. Pomerode é uma cidade que orgulha Santa Catarina por aquilo que faz e também pelo seu povo".

O deputado Jean Kuhlmann (DEM) afirmou que o município mais alemão do estado merece a homenagem. "É uma cidade de povo organizado e obstinado que soube construir um bom exemplo", justificou.

Orgulho

A cidade sede do terceiro maior zoológico do país também recebeu o carinho do deputado Dionei Walter da Silva (PT). "Imagino o orgulho que vocês estão sentindo. A publicação reúne o que de melhor a cidade possui e isso é enriquecedor", afirmou.

Em nome dos homenageados, João Alberto Pizzolatti Neto, representando o pai, o deputado federal João Alberto Pizzolatti Júnior (PP), salientou que a história de Pomerode está intimamente ligada à história de sua família.

O secretário Gilmar Knaesel, natural do município, destacou a homenagem como um marco na história do município. "Pomerode vive dois momentos felizes agora. O primeiro é essa sessão solene que enobrece e enaltece a cidade. O segundo é a realização desse livro que vai registrar todos os momentos importantes da nossa história. E a Assembleia faz parte da nossa história", observou.



Deputado licenciado Gilmar Knaesel, autor do requerimento da homenagem à cidade

Os homenageados

- Prefeitura Municipal de Pomerode
- Câmara Municipal
- Poder Judiciário
- Deputado Gilmar Knaesel
- Deputado João Alberto Pizzolatti Júnior
- União Paroquial de Pomerode – IECLB
- Paróquia São Ludgero
- Assembleia de Deus
- Colégio Sinodal Dr. Blumenau
- Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima
- Escola de Educação Básica José Bonifácio
- Escola de Educação Básica Presidente Prudente de Moraes
- Escola de Ensino Médio Erwin Curt Teichmann
- Escola de Educação Básica Municipal Professor Curt Brandes
- Escola Básica Municipal Almirante Barroso
- Escola de Educação Básica Municipal Professor Vidal Ferreira
- Escola Básica Municipal Dr. Amadeu da Luz
- Escola Básica Municipal Hermann Guenther
- Escola de Educação Básica Municipal Duque de Caxias
- Escola Municipal Dr. Bonifácio Cunha
- Escola Básica Municipal Olavo Bilac
- Escola Municipal Raulino Horn
- Escola Municipal Rodrigues Alves
- Escola de Ensino Fundamental Testo Central Alto
- Escola Municipal Dr. Wunderwald
- Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode
- Associação dos Clubes de Caça e Tiro
- Wilhelm Zilz
- Ercio Kriek
- Inove Spranger
- Henrique Drews
- Eugenio Zimmer
- Nelson Kickhoefel
- Magrit Krueger
- Associação Comercial e Industrial de Pomerode
- Fundação Cultural
- Liga Pomerodense de Desportes
- Senai
- Unidade de Ensino de Jovens e Adultos
- Famílias: de Rudolfo Hornburg; Rodolfo Siewert; Nelson Riemer; Alípio Nunes; Arnaldo Hass; Ralf Knaesel; Mário Jung; Alwin Klotz; Weege e família Schmidt

Saiba mais

O nome Pomerode está ligado à origem de seus fundadores, imigrantes vindos da Pomerânia (Pommernland), Norte da Alemanha. O nome deriva da junção do radical Pommern e do verbo rodern, que significa tirar os tocos, tornar a terra apta para o cultivo.

O início da colonização de Pomerode remonta ao ano de 1861, quando os primeiros imigrantes, liderados pelo colonizador Hackharth, decidiram subir um afluente do Rio Itajaí-Açú, a partir da região onde hoje se localiza o bairro Badenfurt.

Os primeiros imigrantes se estabeleceram ao longo do Rio do Testo pelo sistema de minifúndios (pequenas fazendas), onde eram cultivados arroz, fumo, batata, mandioca, cana de açúcar, milho e feijão. Até a virada do século XX, Pomerode era uma colônia voltada apenas para agricultura e pecuária de subsistência, com pequenos pontos comerciais nas áreas centrais da colônia. Com a mudança de século, pequenas empresas familiares de laticínios, frios, móveis e cerâmica deram início à industrialização do município. Anos mais tarde, a indústria da porcelana se tornou uma das mais importantes para a economia local. Hoje, a cidade é considerada um forte pólo têxtil e metal-mecânico.

Desmembrada de Blumenau em janeiro de 1959, Pomerode mantém até hoje o fascínio de uma pequena comunidade com a forte influência alemã em seus costumes.



Presidente Jorginho Mello e Paulo Pizzolatti, prefeito do município

GERAL

Parlamentares repudiam corte de verbas federais para SC

O corte de cerca de R\$ 160 milhões destinados por emendas parlamentares individuais ao Orçamento federal do próximo ano (2010) repercutiu na sessão ordinária do dia 26. Os deputados de oposição ao governo federal reclamaram da redução nos recursos anunciada pelo ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, principalmente com relação ao montante destinado à prevenção de enchentes e desastres. O valor previsto era de R\$ 50 milhões e não fará mais parte da peça, enquanto o Ministério das Cidades retirou R\$ 45 milhões do Estado.

O deputado Jean Kuhlmann (PMDB) apresentou uma moção, destinada ao ministro, manifestando repúdio ao corte das

emendas e pela forma discriminatória como retirou os recursos que viriam para o Estado. Entre estes, verbas para a reconstrução e recuperação de obras importantes e preventivas aos moradores de Santa Catarina, que sofreram, em 2008, uma das maiores catástrofes do país.

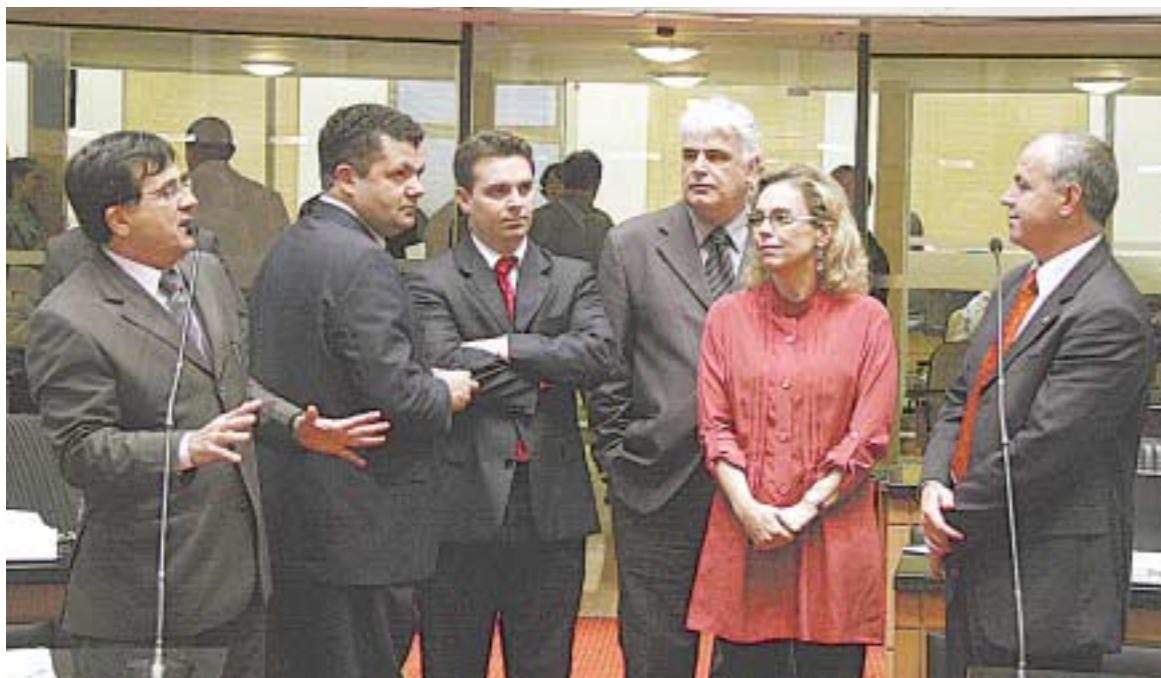
Para justificar a aprovação da moção, Kuhlmann relatou que, recentemente, o mesmo ministro negou a renovação da situação de emergência para Santa Catarina sob a alegação de que o decreto já havia expirado, o que prejudicou o estado.

Com um corte de 50%, enquanto os demais estados tiveram, em média, cortes de 25%, Santa Catarina receberá recursos

inferiores aos destinados aos estados de Rondônia e Piauí.

O Vale do Itajaí foi a região mais prejudicada, com uma redução de aproximadamente 87% nos valores inicialmente previstos, prejudicando a recuperação e construção das obras importantes e preventivas de novas tragédias.

“É um governo mentiroso e mediocre, que engana o povo catarinense. Na época da tragédia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) veio sobrevoar as áreas atingidas e disse que não faltaria dinheiro para reconstruir o estado, principalmente o Vale do Itajaí”, disparou Kuhlmann. A moção será votada em plenário nos próximos dias.



Deputados que fazem oposição ao Planalto se soltarizam à moção que será encaminhada ao presidente

Oposição e aliados ao governo Lula travam embate em Plenário

Favorável à moção de repúdio aos cortes de verbas para o Estado, o deputado José Natal Pereira (PSDB) questionou a atitude da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ele acredita que ela vai aproveitar para interceder junto ao presidente e, se algum valor do corte for revertido, aproveitará para a campanha eleitoral de 2010.

No mesmo sentido, o deputado Giancarlo Tomelin (PSDB) falou sobre a postura da senadora. “Espero que ninguém pose de herói, que venha uma heroína caída do céu, dizendo que conseguiu os recursos. Se isso acontecer é por obra da oposição. O governo prometeu e não fez, tem feito um desserviço ao estado, criou a dificuldade e

quer vir a Santa Catarina vender a facilidade. Espero que a bancada oposicionista possa mostrar que o governo fez foi um descalabro”, reclamou.

Segundo o deputado Kennedy Nunes (PP), não houve corte do governo federal, houve uma transferência de recursos. “Saiu daqui e foi para outro estado”, explicou. A redução nos recursos foi confirmada por meio de um decreto assinado pelo presidente Lula no dia 11 de agosto.

O deputado Marcos Vieira (PSDB), primeiro parlamentar a se pronunciar sobre o assunto, defendeu um novo pacto federativo para resolver a falta de verbas aos estados e municípios,

para que tenham capacidade de investimentos.

O deputado Décio Góes (PT) em defesa do governo federal, afirmou que não houve corte na liberação das emendas coletivas e a não inclusão das emendas é rotineira nos governos. “Na prática, esta redução não altera o Orçamento. O corte foi feito em um direito que não existia e a oposição aproveitou para desqualificar o governo federal”, explicou.

Já a deputada Ana Paula Lima (PT) ficou irritada com o tratamento destinado ao presidente. “É uma falta de respeito chamar uma autoridade escolhida pelo povo de mentiroso. Nunca tivemos um governo tão pre-ocupado com o povo como este.”

Empresários e trabalhadores debatem salário mínimo regional

Projeto que institui quatro níveis salariais no estado será votado na próxima reunião da Comissão de Economia

Empresários e trabalhadores da indústria, agricultura e comércio, prestigiaram, dia 26, reunião da Comissão de Economia, Ciências, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck (PP), lotando o Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright para debater o Projeto de Lei Complementar nº 30/09, de origem governamental, que institui o salário mínimo regional. No mesmo dia pela manhã, o projeto encaminhado pelo governo do Estado foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação.

O objetivo do encontro foi ouvir as partes envolvidas. Na próxima reunião, dia 2 de setembro, os membros da Comissão votarão o projeto. Dividido em quatro níveis salariais para diversas categorias de trabalhadores, os valores propostos pelo Executivo são de R\$ 587,00, R\$ 616,00, R\$ 647,00 e R\$ 679,00. Conforme o projeto, estes valores não substituem o salário mínimo nacional e serão aplicados na carga horária máxima permitida. Estes pisos

salariais valem somente para as categorias que não tenham definição salarial em lei federal, convenção ou acordo coletivo.

O presidente da comissão, deputado Silvio Dreveck, afirmou que a finalidade da reunião foi levantar subsídios suficientes para a votação na semana que vem. “O mínimo que podemos fazer é ouvir os interessados. É preciso que os dois lados se manifestem.”

Primeiro a falar, o vice-presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, declarou que a federação é favorável a livre negociação.

“O atual momento que vivemos não é adequado para a instituição de um piso regional.” Ele ainda apresentou números que preocupam a Fiesc. “Neste primeiro semestre, a produção industrial caiu 13%, as vendas caíram 6% e as exportações diminuíram 24%. Há muitos anos não se via uma situação igual a essa”, disse.

Francisco Alano, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina,



Encontro lota Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright para discutir proposta, de origem do Executivo

questionou o interesse dos empresários no momento. “Até agora os empresários não se manifestaram para negociar o

piso salarial. Eles dizem que não são contra, mas também não se manifestam a favor. Isso é contraditório e confuso.” Alano

argumentou que, na prática, nunca houve a livre negociação e que os pisos praticados no estado são “vergonhosos”.

Setores avaliam proposta

Presente à reunião, o vice-presidente da Fecomércio, Célio Spagnoli, garantiu que sempre houve a livre negociação no estado. “Sempre estivemos dispostos a negociar, mas o que mais me preocupa agora é a época em que estamos discutindo o assunto. Acho impróprio que se criem valores acima da média praticada em Santa Catarina”, disse.

A União Geral dos Trabalhadores, representada por Moacir Pedro Rubini, se declarou a favor do PLC. “Estamos há três anos tentando negociar. Um Estado tão pujante como o nosso tem que estar discutindo um projeto que eleva um pouco o salário mínimo. Temos consciência de que alguns setores passarão por dificuldades, mas a maioria poderá absorver facilmente o valor proposto para o salário mínimo regional.”

O presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, explicou que, depois de dois anos de conversação, o setor havia chegado a um denominador comum e estabeleceram um piso salarial de R\$ 500,00, mais 10% de insalubridade para quem trabalhar diretamente com defensivos agrícolas.

“Conseguimos isso em julho e fomos pegos de surpresa pelo projeto que é justo, mas tem distorções. Estamos num setor muito volátil. Queremos aquilo que decidimos.”

O representante do Dieese, Ivo Castanheira, perguntou por que os empresários catarinenses estão contra o desenvolvimento dos seus negócios. “Isso soa estranho. A classe mais desfavorecida está clamando por isso. Todos vamos ganhar. Os trabalhadores, porque irão ganhar mais, e os empresários, porque a economia vai crescer, inclusive as suas demandas”, enfatizou.

De acordo com Maria Izabel Sandri, vice-presidente da Facisc, o poder público não poderia estar ingerindo em questões do setor privado. Carlos Alberto Baldissera, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, defendeu dizendo que está previsto na Constituição Estadual que o Estado pode designar salários mínimos. Estavam presentes na reunião os deputados Renato Hinnig (PMDB), relator do projeto, Darci de Matos (DEM), Serafim Venzon (PSDB), Dionei Walter da Silva (PT), Manoel Mota (PMDB) e Elizeu Mattos (PMDB).

Audiência discute área indígena

O Fórum Parlamentar de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste de Santa Catarina, presidido pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), anunciou a realização de uma audiência, dia 1º em Brasília, na Ala de Comissões da Câmara Federal. O encontro terá a presença dos membros do fórum e de todos os representantes catarinenses na Câmara e no Senado, entre eles o deputado federal e coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, Gervásio Silva (PSDB-SC).

Na ocasião, será debatida a situação dos quatro municípios que fazem parte da área que poderá ser demarcada como território indígena - Araquari, Barra do Sul, Garuva e São Francisco do Sul, nas regiões Norte e Nordeste do estado. Os moradores da região reclamaram da dimensão da área, de 12,5 mil hectares, bem como da nacionalidade dos índios, provavelmente paraguaios. Para o deputado Darci de Matos (DEM), a publicação do Diário Oficial da União, do último dia 24, é um absurdo. “Não queremos desalojar os índios, mas que eles sejam alojados em terras desocupadas pelo governo federal”, comentou.

Segundo o presidente do fórum, a Associação dos Proprietários, Possuidores e Interessados em Imóveis nos municípios de Araquari e da Região Norte/Nordeste foi constituída em 2004 para defender o direito à propriedade de cidadãos que moram na região. “De acordo com a associação, após a notícia de demarcação dos locais, nenhum investimento em modernização e movimentação imobiliária está acontecendo”, frisou.

Nilson informou que espera encontrar, durante a audiência, uma solução definitiva e justa, já que os proprietários da área têm escrituras centenárias que provam a não continuidade de presença indígena na região. “Não se trata apenas de uma questão estadual. Isso envolve o governo federal”, alertou.

Benefício para portadores de deficiência

Os parlamentares aprovaram dia 26, em Plenário, o Projeto de Lei nº 488/07, do deputado Gelson Merísio (DEM), que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de diversões públicas destinarem lugares especiais, ou adaptados, para uso exclusivo de espectadores portadores de deficiência e mobilidade reduzida. A matéria foi acatada com emenda substitutiva global, elaborada pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT).

A proposta institui a obrigatoriedade nos quantitativos e com as especificações técnicas fixadas na legislação e regulamentação federal. Aos infratores são previstas penas de indeferimento de pedidos de registros e de licenciamento para abertura e ou funcionamento apresentados pelos novos estabelecimentos aos diferentes órgãos da administração direta e indireta do Estado, assim como o cancelamento de todos os registros para diferentes órgãos.



Presidente Jorginho Mello liderou comitiva para pôr fim ao impasse

Estado próximo de ter mais dois municípios

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, decidiu pelo arquivamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3097), que questiona as duas leis estaduais catarinenses que emancipam as localidades de Balneário Rincão e Pescaria Brava, pertencentes aos municípios de Içara e Laguna, respectivamente. Confirmada a decisão, Santa Catarina passará a ter 295 municípios.

O voto ainda não foi publicado no Diário Oficial da Justiça, mas já está disponível no site do STF. Após a publicação, correrá um prazo de cinco dias para recurso. Vencido esse prazo, a Procuradoria da Casa Legislativa entrará com um pedido junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) para que o órgão inicie os procedimentos de instalação dos municípios.

A decisão do ministro foi comemorada pelos deputados que dia 18 estiveram em Brasília com

o ministro pedindo a extinção da ADI. O grupo, liderado pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), contou com parlamentares da bancada do Sul, como Manoel Mota (PMDB) Joares Ponticelli (PP), Décio Góes (PT), Valmir Comin (PP), além de deputados federais, procuradores da Assembleia e lideranças da comunidade.

Jorginho Mello espera que as eleições nos dois novos municípios ocorra o mais rápido possível. “Estas comunidades estão ansiosas para eleger seus prefeitos e vereadores. Seria um mandato-tampão até coincidir com as eleições de 2012. Santa Catarina passará a ter 295 municípios”, completou.

A Procuradoria Geral da República, autora da ADI em 2003, pediu pela perda do objeto no início deste mês, com base na Emenda Constitucional 57, de 2008, que convalidou os municípios criados até 31 de dezembro de 2006.

Morro do Baú cobra ações

Na sessão ordinária do dia 26, atendendo requerimento do deputado Dionei Walter da Silva (PT), a presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús (Adarb), Tatiana Reichert, fez balanço dos nove meses após a tragédia na região: de novembro e dezembro de 2008. Entre as ações prometidas que ainda não foram cumpridas, estão o desassoreamento dos ribeirões, a reestruturação das estradas e a construção de casas para as famílias desabrigadas.

De acordo com ela, muitas coisas ainda não saíram do papel, principalmente da dragagem dos rios, prometida para a próxima semana. “Não podemos nos calar diante o que vem acontecendo e da previsão de grande quantidade de chuvas para se-

tembro. Se realmente acontecer, a tragédia pode ser ainda pior”, denunciou.

Ela reivindicou obras para preparação do terreno comprado para a construção de casas para os desabrigados, bem como melhorias das estradas. Lembrou que a agricultura continua sendo a área mais prejudicada. Tatiana contou que o governo federal enviou quase R\$ 1,5 milhão que foram gastos para a aquisição de dois caminhões e um trator.

O acordo com a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab) também é motivo de preocupação. Mais de 110 casas de madeira deverão ser entregues pela companhia, mas não oferecem condições de instalação imediata, pois não possuem nem torneiras.

GERAL

Praça de pedágio pode sair de Palhoça

Mudança foi defendida por representantes políticos e nova estrutura deverá ser instalada no km 246 da BR-101



Solon Soares

Lei estadual de origem parlamentar já prevê casos de isenção de cobrança de pedágio a moradores do Sul

Estudos técnicos serão apresentados em 90 dias

A senadora Ideli Salvatti (PT), que representou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), garantiu que a instituição iniciará um estudo técnico para avaliar a mudança da praça do pedágio. Segundo a senadora, a resposta do estudo deve chegar, no máximo, em 90 dias. "É estudo legal, técnico e de viabilidade econômica", garantiu.

Enquanto a mudança não acontece, estão mantidos os ca-

sos de isenção de pagamento de pedágio a moradores da região Sul previstos na Lei n.º 14.284/09, promulgada no dia 04 pelo presidente da Assembleia. De autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM) e com substitutivo global do deputado Joares Ponticelli (PP), a lei foi aprovada por unanimidade em Plenário e assegura a isenção para veículos emplacados nos municípios onde estejam instaladas praças de pedágio das

rodovias BR-101 e BR-116.

Os cidadãos do Sul do estado que precisam ir à Capital também serão beneficiados. A isenção está prevista no parágrafo único da lei que estende o benefício aos veículos emplacados em Paulo Lopes e nos municípios que integram a Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina, segundo divisão territorial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A possibilidade de mudança da praça de pedágio instalada no KM 221, da BR-101, dentro de Palhoça, para o km 246 - divisa entre Paulo Lopes e Palhoça - foi comemorada no dia 27 durante audiência na prefeitura daquele município. A estrutura implantada gera polêmica e preocupa comunidade e parlamentares, que já realizaram audiências públicas sobre o tema e aprovaram lei estadual impedindo a cobrança dos moradores. Agora, o governo federal sugere a transferência da praça de pedágio para o mesmo local previsto no projeto inicial.

Para o prefeito de Palhoça Ronério Heiderscheidt (PMDB), o melhor é viabilizar a mudança.

"A praça não deveria ter sido colocada onde está e a mudança só vai acontecer devido à pressão da comunidade". O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), se mostrou favorável a mudança de local e solidário com a população de Palhoça. "Os moradores não devem pagar para transitar no próprio município", destacou. Ele anunciou que apresentará uma moção de apoio à medida.

Já o deputado Manoel Mota (PMDB), representante do Sul do Estado, criticou a instalação da praça do pedágio no meio de um município. "Também não faz sentido pagar por uma estrada que não está duplicada", lembrou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Ideli Salvatti, Ronério Heiderscheidt, Jorginho Mello e Manoel Mota

Deputados vistoriam Presídio de Rio do Sul

A situação dos detentos do Presídio de Rio do Sul foi denominada como "insuportável", durante a vistoria realizada pela Comissão de Segurança Pública, presidida na visita pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT). A inspeção, realizada dia 24, foi solicitada pelo deputado Jaison Lima (PT). Segundo o presidente em exercício da comissão, as instalações são precárias e falta inclusive água. Entre os problemas a falta de comunicação via telefone e internet e a baixa visibilidade e mau posicionamento das guaritas.

"Cada cubículo suporta até oito detentos, mas atualmente conta com 10 a 14 pessoas, causando a superlotação. Desde a ativação, já ocorreram duas fugas. Na primeira vez, fugiram cinco detentos e foram todos recapturados. Na segunda, também cinco presos escaparam e apenas dois não foram recapturados", destacou Soares. O parlamentar disse que as condições não são boas, mas que do ponto de vista estrutural é "uma das melhores e

mais modernas" unidades prisionais do Estado.

Inaugurado há três meses, o presídio está apresentando problemas de infraestrutura. De acordo com o requerente da vistoria, as guaritas e as celas estão com infiltrações. "Se isso já acontece com um prédio de três meses, imagine daqui a três anos."

O petista ainda destacou que dos 250 detentos, 30 são mulheres e duas delas estão acompanhadas de seus bebês, nascidos há poucos meses. "Essa é outra inconstitucionalidade averiguada. Há muito tempo a Justiça não permite mais essa situação".

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) afirmou que a situação do presídio é ridícula. "É um prédio sem nenhum tipo de licença. Não tem vistoria do Corpo de Bombeiros e nem da Vigilância Sanitária. A parte de trás do prédio é totalmente desprotegida". Dionei salientou que o que mais preocupa no momento é a falta de agentes prisionais. "O presídio tem apenas



Em iniciativa da Comissão de Segurança, parlamentares inspecionam local

quatro policiais militares. É um absurdo.", completou.

Fugas

A falta de segurança é o principal problema levantado pelo deputado Joares Ponticelli (PP), que não concorda com a responsabilização dos servidores pelas fugas. Ele lamentou o fato de o promotor de Justiça, que participou da vistoria, colocar toda a culpa das duas

fugas nos agentes e militares que trabalham na instituição. "Aqueles homens é que garantem a segurança do local. Eles não podem ser culpados por nada. Eles trabalham com o que têm." Sobre o promotor do Ministério Público, Ponticelli afirmou que vai entrar com uma representação na corregedoria do órgão devido sua conduta. "Ele falava o tempo todo em nome do governo, como se fizesse parte dele. Isso é inaceitável", disparou.

O deputado Jean Kuhlmann (DEM) disse que tem muito coisa para ser concluída. "Daqui a 90 dias vamos voltar e verificar o que foi terminado", finalizou, referindo-se ao prazo dado pela comissão.

Durante a vistoria, que também contou com deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), foi defendido o aumento do efetivo; aquisição de viaturas; construção de sala de aula; desenvolvimento de uma horta e parceria com empresários locais.

Após a diligência, os deputados seguiram para uma audiência na Associação Empresarial de Rio do Sul (Acirs). No final da reunião, a Secretaria de Segurança Pública se comprometeu em resolver os problemas em 90 dias. "Espero que resolvam. Estarei atento, eu e os outros parlamentares, como o Joares Ponticelli (PP e o Sargento Amauri Soares, vice-presidente da Comissão de Segurança. Não tenho dúvidas que a inauguração foi só para fazer propaganda", resume o deputado Jailson.

Divulgação

PLENÁRIO

Julio Garcia é eleito conselheiro do TCE

Indicado pelo governador, deputado vai assumir vaga com aposentadoria de Gilson dos Santos

Eduardo Guedes de Oliveira

Aprovado com 37 votos, por unanimidade dos parlamentares presentes, o nome do deputado Julio Garcia (DEM) para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC). Apenas os deputados Dirceu Dresch e Padre Pedro Baldissera, ambos do PT, além do próprio Julio Garcia, não estavam em Plenário no momento da votação dia 26.

A indicação do nome de Julio Garcia foi feita pelo governador do Estado e pelo secretário da Coordenação e Articulação, Valdir Cobalchini, que se efetiva como parlamentar. Se o mesmo não vier para a Assembleia Legislativa, assume o suplente Carlos Alberto Chiodini (PMDB). A iniciativa do Executivo de indicar o nome do democrata se deu em razão da aposentadoria do conselheiro Gilson dos Santos, comunicada na segunda-feira.

Conforme o artigo nº 61 da Constituição Estadual, o órgão, que é responsável por verificar se os administradores aplicam de acordo com a lei o dinheiro pago pelos cidadãos na forma de impostos, é composto por sete conselheiros. Quatro são escolhidos pela Assembleia Legislativa e os outros três, com a aprovação do Legislativo, são nomeados pelo governador. Um deles é de livre nomeação e dois são escolhidos, alternadamente, dentre auditores e membros do

Ministério Público junto ao TCE-SC, indicados em lista tripla, segundo critérios de antiguidade e merecimento.

O presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), falou da competência e da sensibilidade política do parlamentar. "Ganha o Tribunal de Contas. Um homem de ética e decência. Seu currículo, sua história política e sua luta pelo Sul do estado foram pontos positivos para sua aprovação", disse.

Conciliador

A Comissão Especial que examinou a indicação do parlamentar apresentou à presidência da Casa, na manhã do dia 26, a aprovação dos documentos. Conforme o presidente da Comissão Especial, deputado Joares Ponticelli (PP), a situação é semelhante ao caso de Herneus de Nadal, ex-deputado e agora conselheiro do TCE. "Perdemos aqui, mas ganha a vizinhança que recebe um homem honrado e justo."

O líder do partido Democratas, deputado Cesar Souza Júnior, afirmou que Julio Garcia, durante os quatro anos de presidência da Casa, conseguiu unir o inconciliável. "O Tribunal de Contas ganhou alguém que é capaz de unir aquilo que nunca imaginamos. Um homem leal e de caráter", elogiou. A deputada



Com aprovação unânime dos deputados, Julio Garcia teve coroada sua atuação histórica em defesa do estado

Professora Odete de Jesus (PRB) também destacou o poder agregador do parlamentar. "Ele conseguiu unir todas as bancadas nos momentos em que o Estado mais precisava. Com certeza, as contas de Santa Catarina ganham com esta mudança."

Em nome da bancada do PT, o deputado Décio Góes garantiu que o conselheiro eleito tem vocação de conciliador. "É um político que valoriza o diálogo e cumpre todos os compromissos assumidos. Julio Garcia é um cidadão democrático, literalmente", disse. O deputado Serafim Venzon, líder do PSDB, ressaltou a lealdade do colega

de legislatura. "É uma das pessoas mais corretas que eu conheço. Ele promove a justiça, além de conseguir conciliar aquilo que é improvável."

Saudando o ex-conselheiro Gilson dos Santos, o deputado Professor Sérgio Grandó (PPS) lembrou que, em 1991, a Casa também elegeu, por unanimidade, o então deputado Gilson. "Agora estamos fazendo o mesmo por esse grande homem que é Julio Garcia. Essa Casa política perderá muito, mas o Estado ganha muito mais", comemorou.

O líder do PMDB, deputado Antônio Aguiar, agradeceu o parlamentar eleito pelo trabalho

que realizou à frente da Assembleia. "O deputado do Democratas foi o único a ser reeleito por unanimidade para a presidência dessa Casa. E isso porque é um grande homem. Competente, sério e honesto", completou.

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) também ressaltou a sensibilidade e lealdade do parlamentar. "Em dezembro de 2008, quando precisei de um local para reunir os batalhões da segurança pública e pedi para o então presidente da Casa, Julio Garcia, ele me atendeu prontamente e me cedeu o espaço. Isso comprovou o quão solidário é", observou.

Uma trajetória marcada por vitórias políticas

Julio Garcia foi eleito deputado estadual pela primeira vez em 1986, com 17.129 votos, e cumpriu o mandato de 1987 a 1991. Em 1987 foi líder da bancada do então PFL – hoje DEM. Em 1990 foi reeleito para o mandato de 1991 a 1995, com 15.307 votos.

Foi líder da bancada de seu partido de 28 de fevereiro de 1991 a 9 de março de 1995, sua terceira legislatura, quando foi eleito com 15.740 votos, no ano de 1994. Em 1998 ficou como segundo suplente do DEM, tendo contabilizado 25.989 votos. Em 17 de fevereiro de 2000, assumiu uma cadeira na Assembleia no lugar de João Macagnan, que passou a exercer cargo no Executivo. Na mesma data, Julio Garcia foi eleito líder da bancada. Com a eleição de Ciro Roza à prefeitura de Brusque, em novembro de 2000, efetivou-se como deputado estadual.

Em 2002 foi reeleito com 32.573 votos, para o mandato 2003 a 2006. Em 1º de fevereiro de 2005

foi eleito, por unanimidade - algo inédito -, presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 2005/2007, na primeira eleição com voto aberto para o cargo. Em 1º de outubro de 2006 foi reeleito deputado estadual com 51.010 votos. Em 1º de fevereiro de 2007, Julio Garcia foi reeleito para mais um mandato

como presidente do Poder Legislativo para o biênio 2007/2009. Na eleição, aberta, obteve novamente a unanimidade dos votos.

Com 59 anos, Julio Garcia é natural de Florianópolis e como deputado pelo DEM representa no Parlamento o Sul do Estado. Ele é Técnico em Contabilidade.

Carlos Killian



Parlamentar chegou na Assembleia em 1991, sendo duas vezes presidente

Saiba mais sobre a vida pública do parlamentar

Antes de ingressar na vida pública, o deputado Julio Garcia fez carreira profissional no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Exerceu as funções de Contador, Gerente e Diretor de Crédito Geral e Câmbio. Também ocupou a presidência da Indústria Carboquímica Catarinense S/A (ICC), do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc) e da Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina (Casan).

Em 11 de outubro de 2005, Julio Garcia assumiu o governo do Estado por 12 dias, durante viagem do governador Luiz Henrique da Silveira e do vice-governador

Eduardo Moreira, ambos do PMDB, para o exterior. Na condição de governador em exercício, encaminhou à Assembleia Legislativa, no dia 19 de outubro, um projeto de lei que garante às Apaes de Santa Catarina 1% dos recursos do Fundo Social a cada mês.

Esse percentual corresponde hoje a mais de R\$ 1 milhão/mês, valor dividido entre as associações, de acordo com o número de alunos de cada unidade. Atualmente existem no estado 185 Apaes, que atendem cerca de 13 mil portadores de necessidades especiais. O projeto foi aprovado pela unanimidade dos parlamentares no dia 6 de dezembro.

Uma lei não é uma lei sem você.

Há 175 anos foram criadas as Assembleias Provinciais no Brasil, hoje Assembleias Legislativas dos Estados. Desde então, a preocupação dos parlamentares catarinenses é com você, com os seus direitos, os direitos dos seus filhos e o futuro da vida do cidadão.

Frequente a Assembleia e participe dos grandes debates da história.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

www.alesc.sc.gov.br